

A função social da Alfabetização e do Letramento na EJA e a atuação do Docente

Aline Oliveira Alves de Souza

Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), São José dos Campos, SP, Brasil

Aparecida de Araújo Veríssimo dos Santos

Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), São José dos Campos, SP, Brasil

Maria Helane Lucas Santos Souza

Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), São José dos Campos, SP, Brasil

Natali de Siqueira Souza Kusahara

Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), São José dos Campos, SP, Brasil

Marcos Roberto Ruybal Bica

Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP)

Resumo: Na Educação de Jovens e Adultos (EJA) o sucesso da alfabetização e letramento está intimamente ligado às práticas pedagógicas associadas às práticas sociais da leitura e da escrita. O presente artigo tem como objetivo argumentar sobre a importância da formação docente, da ação reflexiva e do ensino pautado na educação para vida. Utilizou-se da pesquisa qualitativa, por meio de uma vivência com um aluno da EJA que necessita de ajuda para ler uma receita médica e saber como se medicar, e de estudos teóricos sobre a alfabetização, andragogia, letramento, formação docente e função social da linguagem. Aponta-se para a relevância em se discutir as singularidades da Educação de Jovens e Adultos para uma formação e práticas adequadas para a eficácia do processo de ensino e aprendizagem. Portanto, uma articulação entre saberes escolarizados, saberes que os alunos já possuem e os aspectos sociais da leitura e da escrita precisa ser tecida para promover uma aprendizagem eficiente e significativa para alunos atendidos por essa modalidade básica de ensino.

Palavras-chave: Jovens e Adultos. Formação Docente. Aprendizagem Significativa. Andragogia. Educação para a Vida.

Abstract: In Adult Education the success of literacy is closely connected to pedagogical practices associated with the social practices of reading and writing. This article aims to argue about the importance of teacher training, reflective action and teaching based on education for life. Qualitative research was used through an

experience with an EJA student who needs help to read a medical prescription and know how to take medication, and theoretical studies on literacy, andragogy, teacher training and the social function of language. The article points out the relevance of discussing the singularities of Youth and Adult Education for appropriate training and practices for the effectiveness of the teaching and learning process. Therefore, an articulation between school knowledge, background knowledge and the social aspects of reading and writing needs to be woven to promote efficient and meaningful learning for students assisted by this basic teaching modality.

Keywords: *Youth and Adults. Teacher Training. Meaningful Learning. Andragogy. Education for Life.*

INTRODUÇÃO

“Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro”. Paulo Freire (2002)

Paulo Freire nos convida a refletir sobre educação como um processo de troca mútua entre professor e aluno, onde ambos aprendem e se desenvolvem juntos. Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo argumentar sobre as práticas pedagógicas adotadas pelos docentes na Educação de Jovens e Adultos através de um relato de experiência e de estudos sobre a relação entre aprendizagem significativa, formação docente e reflexão crítica sobre as práticas em sala de aula.

O aprendizado da leitura e da escrita permite às pessoas uma participação ativa na sociedade, uma atuação crítica perante sua realidade, novas formas de enxergar o mundo e a realidade, e colabora com a luta por direitos para uma estruturação da comunidade em que vivem esses sujeitos. Aprender a ler e escrever há muito tempo deixou de ser algo relevante somente na primeira infância e é cada vez mais evidente que sua importância não se restringe à essa faixa etária; jovens e adultos, que por motivos distintos foram privados do acesso à esse direito, hoje em dia buscam e se incumbem de se tornar cidadãos alfabetizados e letrados socialmente.

Os maiores desafios enfrentados pela população de jovens e adultos não se limitam somente à questão de acesso e finalização dos estudos; na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), situações corriqueiras afetam como um todo o aprendizado desse público, questões que envolvem preconceito, vergonha, jornada de trabalho, dificuldade na assimilação de conteúdo, diversidade cultural, crítica familiar, diferença de faixa etária, falta de material didático e infraestrutura, são exemplos de fatores de impacto negativo no processo de aprendizado dos alunos.

Segundo a UNESCO¹ (2008) até a década de 1950, a Educação de Jovens e Adultos no Brasil carecia de atenção e de políticas públicas. Após a década de 1960, o cenário político fomentou os programas e as iniciativas para a alfabetização de adultos, e muitos desses seguiam a filosofia de Paulo Freire.

¹ UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Paulo Freire criou uma proposta para a alfabetização de adultos que inspira até os dias de hoje diversos programas de alfabetização e educação popular. Sua compreensão inovadora da problemática educacional brasileira interpretava o analfabetismo como produto de estruturas sociais desiguais e, portanto, efeito e não como causa da pobreza. Freire propunha que os processos educativos operassem no sentido de transformar a realidade, e a alfabetização era vista como uma ferramenta propícia ao exame crítico e à superação dos problemas que afetavam as pessoas e comunidades. Sua pedagogia fundada nos princípios de liberdade, da compreensão da realidade e da participação favorecia a conscientização das pessoas sobre as estruturas sociais e os modos de dominação a que estavam submetidos, alinhando-se a projetos políticos emergentes na época. (UNESCO, 2008, p.27)

A aprendizagem de alunos jovens e adultos possui aspectos distintos das demais modalidades da educação básica, considerando que esses alunos possuem motivações singulares ao dar continuidade aos estudos para além da reparação do tempo perdido. Estimulados pela família, pelo ambiente de trabalho e pela comunidade, retornam à escola com as suas experiências de vida, para ampliar seus conhecimentos, ingressar em cursos superiores, e até mesmo realizar sonhos que dependem das habilidades de ler e escrever.

Nesse contexto, o artigo apresenta o relato de vivência ocorrida na Educação de Jovens e Adultos (EJA) durante um período de estágio; buscando evidenciar a realidade enfrentada pelos alunos, descrevendo o processo de intervenção e apresentando de forma estruturada o embasamento teórico do caso. Através desse estudo de reflexão sobre a prática pedagógica, pretende-se fomentar uma discussão acerca da formação do docente para atuação na EJA, tanto em conhecimento teórico como no desenvolvimento de habilidades pessoais, evidenciando a importância da sua atuação crítica e reflexiva, e da relação aluno-professor, contribuindo com as discussões sobre a Educação de Jovens e Adultos.

METODOLOGIA

Esse artigo foi realizado numa abordagem qualitativa, um processo metodológico que permite explorar e compreender as experiências humanas em profundidade. Este estudo narra a experiência de uma estudante do último ano do curso de Pedagogia que durante a realização do estágio, auxiliou um aluno da Educação de Jovens e Adultos a entender e administrar suas medicações corretamente.

Segundo Deslandes, Neto e Gomes (2002), a pesquisa qualitativa é essencial para compreender as nuances das interações humanas e as significações atribuídas pelos indivíduos às suas experiências. A narrativa da estudante ilustra a importância da comunicação eficaz na educação, destacando como a clareza na transmissão de informações pode impactar positivamente a adesão ao tratamento e o bem-estar do aluno. A narrativa foi elaborada num exercício de relembrar momentos de convivência com um estudante no formato de escrita de um diário.

Este estudo qualitativo evidenciou a importância da aprendizagem, empatia e comunicação clara no atendimento ao aluno. A experiência da estudante reforça a necessidade de formação contínua dos profissionais de educação para que possam atuar de maneira humanizada e eficaz.

Durante o estágio, a estudante se deparou com um aluno da EJA que estava tendo dificuldades para entender as instruções de suas medicações. O aluno, um adulto aposentado, não conseguia compreender as instruções devido à complexidade dos termos farmacêuticos e à falta de familiaridade com a escrita convencional. A estudante, então, dedicou-se a explicar cada detalhe da prescrição de forma clara e acessível, utilizando uma linguagem simples, transcreveu receituário médico para letras maiúsculas, pois era o domínio do aluno e para assim conseguir se medicar corretamente. Após a descrição da narrativa é feito um exercício de reflexão sobre a função social da leitura e escrita.

A NARRATIVA

O relato a seguir busca elucidar a prática exercida na Educação de Jovens e Adultos, em uma escola municipal de São José dos Campos, onde foi possível assimilar uma experiência singular na tratativa de suporte à um aluno fase 5 do ensino, que buscava por auxílio na compreensão da leitura de uma receita médica que lhe foi ministrada. O nome da escola foi omitido e o nome do aluno é fictício para a preservação de sua identidade.

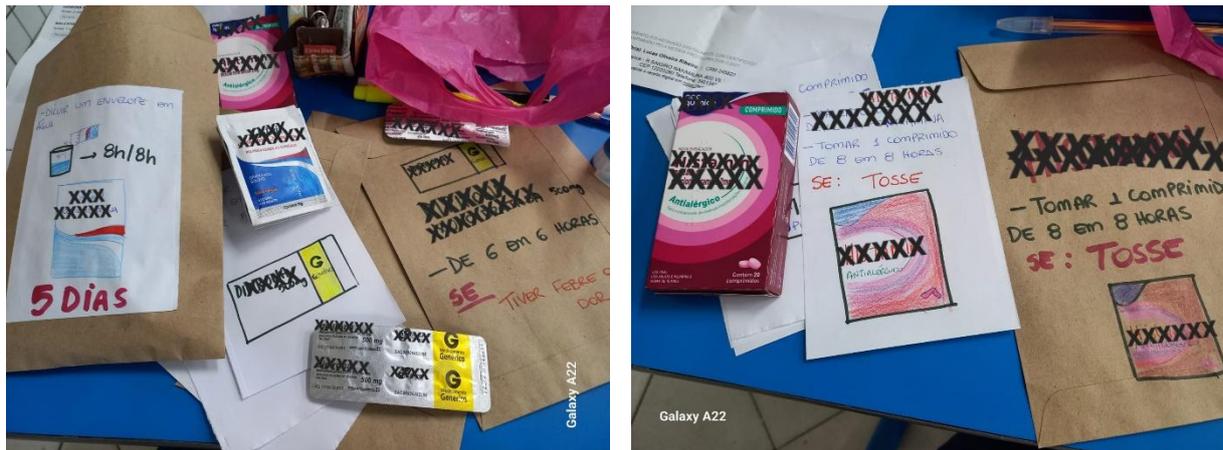
O Relato de Experiência

Durante o período de vivência no estágio, uma situação me envolveu bastante. Um aluno da fase 5 da EJA, referente ao 5º ano, um senhor pedreiro aposentado, me procurou antes do início da aula para que pudesse auxiliá-lo. Esse aluno é um aluno muito dedicado que não costuma faltar, tem um excelente desempenho em

matemática e começou a frequentar a escola após um acometimento de saúde que o limitou em seu trabalho. Ele estava com a voz bem baixa e rouca e uma sacola rosa cheia de medicamentos; pediu auxílio com a medicação, pois havia passado no posto de saúde por não se sentir bem. Recebeu as medicações e receitas, mas pela quantidade de remédios não se recordava da orientação e também não conseguia ler a receita, porque a orientação continha letras minúsculas. O aluno estava bem debilitado, mas mesmo assim foi à escola naquela noite, em busca de auxílio. Fui até a coordenação e solicitei alguns envelopes para alocar melhor as medicações recebidas. Desenhei de forma a reproduzir as embalagens e em cada envelope, identificando os nomes e posologias dos medicamentos com letra maiúscula para que ele pudesse ler. Ao entregar as medicações com as descrições adaptadas para letra maiúscula, questionei se estava mais acessível a leitura daquela forma e ele afirmou que isso o ajudaria. Mostrei que as orientações estavam descritas tanto no envelope onde foram alocados cada medicamento, como em um papel, caso o aluno desejasse colocar na geladeira ou próximo à cabeceira da cama. As medicações obrigatórias foram todas descritas em uma única cor, exceto os horários e quantidade de dias, que foram colocados em outra cor, para alertá-lo sobre o horário. Para os remédios que não eram de uso contínuo e sim condicionantes, coloquei a expressão “se” para indicar qual seria o fator condicionante para a ingestão do medicamento. Além do uso das letras maiúsculas para facilitar a leitura, reforcei a orientação com uso de cores diferentes. O aluno demonstrou atenção durante a explicação e demonstrou compreender a orientação. Muito emocionado ele agradeceu e guardou as medicações. Presenciar a realidade cruel que muitos enfrentam por não terem acesso ou não ter tido oportunidade de estudo, é algo marcante e de muita valia para o aprendizado do docente. A reflexão que fica é por quanto tempo esse senhor acabou por não se medicar de forma correta ou deixou de se medicar ao longo de sua vida; e mais do que isso, quantos ainda vivenciam essa situação, sem poder ter alguém que possa orientá-los após a saída do posto de saúde. Reflexões sobre detalhes que poderiam ser aplicados, como uso de letras maiúsculas em receitas para idosos, para que os que ao menos, os que tivessem uma instrução básica, auxiliariam a autonomia de um cuidado mínimo com sua saúde.

Após o ocorrido, com base nas reflexões e ações, a coordenadora exemplificou uma prática pedagógica que levaria como sugestão para os professores no Horário de Trabalho Coletivo (HTC). A proposta envolve textos compostos com letras

maiúsculas e minúsculas, de um gênero textual específico, sendo este um texto injuntivo, como uma bula de remédio.



Fotos: Próprio autor

DESENVOLVIMENTO

Até algumas décadas atrás, uma pessoa que sabia ler e escrever o próprio nome e algumas palavras e frases era considerada alfabetizada, e que com o tempo essas mesmas pessoas estariam aptas a usar a escrita em seu cotidiano. Mobilizações educacionais e estudos científicos sobre os processos de aprendizagem de leitura e escrita, vêm mudando essa concepção e trazendo mudanças nas políticas públicas e diretrizes educacionais desde o final do século XX.

Para além de dominar o código de escrita, a alfabetização precisa ser funcional, ou seja, educar o aluno para utilizar a leitura e escrita para lidar com as situações de seu contexto social e continuar aprendendo ao longo da vida. Dessa forma, é preciso considerar o tempo e a forma de ensinar e aprender.

Nos anos 90, a partir da disseminação dos estudos do letramento, a alfabetização também passou a ser considerada como ferramenta importante para o uso efetivo e competente da leitura e da escrita, envolvendo aprendizagens que não se restringem à decodificação, mas dizem respeito, também, à capacidade de usar a leitura e a escrita em diferentes situações. Muda-se o foco de atenção no processo de alfabetização: da linguagem escrita em si para as práticas e situações em que a escrita é central. Reconhece-se que, simultaneamente à aquisição da escrita, apreende-se a diversidade de seus propósitos e usos sociais. (UNESCO, 2008, p.74)

No tocante à Educação de Jovens e Adultos, a alfabetização é vista como potencializadora da emancipação e fator de transformação na vida das pessoas, contribuindo para aprimorar o seu acesso à cultura letrada, melhorando substancialmente sua ação no cotidiano (como em serviços de saúde e transporte,

em compras e nas comunicações), acesso a serviços públicos (secretarias, fóruns, etc) e oportunizando a continuação dos estudos em diferentes espaços de aprendizado. No entanto, é preciso considerar quem é esse público, onde vivem, como vivem, quais são seus interesses, o que representa a leitura e a escrita para eles, reconhecer seus saberes adquiridos ao longo da vida e que são sujeitos ativos no seu processo de aprendizagem. Compreender as especificidades desse público é essencial para que haja aprendizagem significativa e viabilize a permanência dos alunos na escola.

Considerar essa modalidade de ensino somente como direito à reparação do tempo perdido é, hoje em dia, um grande equívoco. Modelos e métodos educacionais precisam corresponder às diversidades das características e contextos desses grupos.

Com atuação voltada para a Educação de Jovens e Adultos, os preceitos da Andragogia² buscam considerar o contexto da educação desse público e vêm lapidar o caminho construído pela Pedagogia, trazendo a figura do educador como apoiador, criando desafios, incentivando posicionamento crítico e gerando motivação à continuidade do processo de ampliação do conhecimento. Embora tenha certa diferença em relação a Pedagogia, onde o foco principal é a educação e alfabetização de crianças, Nogueira (2004, p.3) coloca que “ambos modelos podem ser utilizados com crianças e adultos [...] na suposição de que o modelo andragógico engloba o modelo pedagógico”.

Ainda segundo interpretação de Sônia Mairos Nogueira:

[...] a andragogia deve ser interpretada e conceptualizada não como uma teoria que unifica e resolve todos os problemas da educação de adultos, mas como um conjunto de princípios teóricos e práticos que suscitam em muitos adultos novas forças para realizar aprendizagens com sucesso. A andragogia constitui uma descrição empírica dos estilos de aprendizagem dos adultos e, também, uma âncora conceptual face aos comportamentos desses estudantes. Por outras palavras, ela constitui um conjunto de orientações prescritivas e pragmaticamente validadas, que procuram combater a pedagogia tradicional e os elevados níveis de insucesso desses alunos que realizam aprendizagens no sistema formal. (Nogueira, 2004, p. 17,18)

² Andragogia, termo derivado do grego andros (adulto) e gogos (educar), trata-se do ato de educar adultos. A designação “Andragogia” foi utilizada pela primeira vez, por Knowles, em 1968, num artigo intitulado “Adult Leadership” (Knowles, 1980, p.42)

Vivências em sala de aula, como exemplificado nesse artigo, evidenciam a dimensão da alfabetização para os jovens e adultos, realçando a importância da reflexão docente em suas práticas pedagógicas, para que sejam adequadas ao público e contexto atendidos. Se faz necessário atentar criticamente e empaticamente para as metodologias adotadas e para a didática aplicada em sala de aula. Ampliar os aprendizados da Pedagogia com os conceitos da Andragogia, somando teorias e práticas que fortaleçam o processo de ensino e aprendizagem, de maneira que possibilite ao aluno um aprendizado para a vida social e profissional, sendo necessário mais que apenas saber ler e escrever, cabendo à classe docente considerar, para além da distinção entre si, a relação entre alfabetização e letramento e sua indissociabilidade e interdependência nas práticas pedagógicas desenvolvidas em contextos diversos mitigando barreiras e obstáculos no processo de construção do aprendizado ampliando a eficácia dos procedimentos de ensino.

Como esclarece Magda Soares (2004):

Assim, por um lado, é necessário reconhecer que alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos. Tal fato explica por que é conveniente a distinção entre os dois processos. Por outro lado, também é necessário reconhecer que, embora distintos, alfabetização e letramento são interdependentes e indissociáveis... (Soares, 2004)

A linguagem e a matemática estão intrinsecamente ligadas à leitura, produção de texto, oralidade, variedade textual, contagem de números e formação de símbolos matemáticos. Essas manifestações são diversas e devem ser consideradas como processos de interação social entre as pessoas.

Nesse sentido, Ortega e Parisotto (2016) afirmam sobre a importância de que as pessoas sejam alfabetizadas tanto na língua materna quanto na matemática:

Uma das linguagens fundamentais no processo de construção do conhecimento é a linguagem matemática. Os conceitos matemáticos são descritos na forma de textos, nos quais podemos identificar relações matemáticas e linguísticas, daí a importância do processo de alfabetização tanto na língua materna como na matemática. (Ortega e Parisotto, 2016)

A apropriação da linguagem matemática é essencial para a compreensão das práticas sociais. No relato de experiência apresentado, o senhor Antonino tinha um conhecimento matemático, pois era pedreiro e utilizava a matemática diariamente em suas atividades profissionais, seja ao medir e cortar materiais, calcular áreas e

volumes, ou ao planejar e executar construções. Esse conhecimento prático e aplicado é uma base valiosa que pode ser aproveitada na sala de aula.

Partindo do pressuposto que o aluno adulto possui um conhecimento matemático, pois o utiliza de modo informal no seu dia a dia é reconhecer que se comunicam, colaboram e convivem em diferentes contextos sociais, tornando a aprendizagem significativa ao trazer essas experiências para sala de aula.

A matemática é apresentada como uma ferramenta que permite ao indivíduo agir de forma mais autônoma e consciente. Isso ocorre porque, ao dominar a linguagem matemática, o aluno consegue compreender melhor as práticas presentes na sociedade. Campos (2023), afirma que dentre os objetivos dos alunos que frequentam a EJA está atrelada a necessidade de estudar matemática ao desejo de entender conceitos matemáticos que possam ser úteis em suas vidas pessoais e profissionais. Nesse sentido, a matemática não é apenas uma disciplina acadêmica, mas uma habilidade essencial para enfrentar desafios práticos e tomar decisões na vida cotidiana.

Destarte, a escrita está presente na maioria das interações sociais e cada vez mais exige habilidades aprimoradas para compreender e ser compreendido. Estando em uma sociedade letrada a necessidade de ler e escrever é um desafio diário para quem não está alfabetizado. Não ter o domínio da linguagem, ou não saber usá-la, afeta de diversas maneiras a atuação dos indivíduos nas suas práticas sociais. Em uma situação de analfabetismo a pessoa tem seu papel na sociedade limitado, o que também implica na forma em como se vê ou é visto na sociedade.

Além disso, a linguagem escrita é um instrumento cultural por meio do qual se estabelecem relações sociais, se ordena e regula a vida em sociedade, se produzem, registram e fazem circular conhecimentos e informações, se promovem o acesso e a interação com a cultura, entre tantas outras coisas. (UNESCO, 2008, p. 57)

Uma educação para a vida toda amplia a concepção de aprendizagem, dado que as pessoas estão se educando permanentemente nas relações que estabelecem, focando ainda mais na relevância de atrelar à alfabetização as práticas sociais, dando sentido ao aprendizado dos alunos jovens e adultos, promovendo a conexão entre o que se aprende na escola com as demais esferas da vida (casa, trabalho, saúde, lazer, entre outros).

Para tanto é necessário compreender a construção histórico social da linguagem. A compreensão oral e/ou escrita é determinada pela relação com outro,

dentro de um contexto, em uma prática dialógica que permite uma constante construção de significados com o mundo e as pessoas.

Como esclarece Colello (2017)

Pautada no referencial sociocultural, sobretudo nos postulados de Bahktin, a língua por mim é entendida como uma produção dinâmica no contexto das práticas sociais. [...] Em decorrência dessa concepção, entende-se a alfabetização como o conjunto de experiências e reflexões a longo prazo (e não só nos anos iniciais da escolaridade), com base em diferentes textos, propósitos comunicativos e suportes; um conjunto de práticas significativas, contextualizadas e transformadoras dos modos de se comunicar com o outro e de se relacionar com o mundo. (Colello, 2017, p. 20 e 21)

Desse modo as práticas pedagógicas para alfabetização de jovens e adultos precisam se diferenciar para que possam trazer maior abrangência as diversas situações em que o aluno faz uso da leitura e da escrita, tanto em suas atividades cotidianas de subsistência, como trabalho e saúde, como na continuidade de seus estudos, no lazer e na vida social e política, pois é por intermédio da leitura de materiais reais de situações concretas de comunicação e de informação que se aprende a ler e escrever. O processo de alfabetização precisa oportunizar que o aluno se familiarize com as diversas práticas sociais do uso da linguagem e saiba como utilizá-la.

No episódio da realidade do senhor Antonino³ é evidente como o saber escolarizado impacta diretamente a vida das pessoas. Mesmo possuindo muitos saberes e conhecimentos advindos das experiências de vida, as habilidades de leitura e escrita que são, majoritariamente, adquiridas na escola, ainda estão em processo de aprendizagem e o limita a cuidar de si mesmo com autonomia e criticidade, além de representar um risco à saúde, caso se medique de maneira incorreta por não dominar essa prática social da leitura e da escrita.

Na função de sociabilizar o saber, a escola transmite o conhecimento necessário para se criar uma ponte entre o indivíduo e o convívio em sociedade, por intermédio do docente. O profissional habilitado à essa função não só necessita do conhecimento de base acadêmica, como também precisa estar atento às particularidades que a modalidade de ensino compreende.

³ Nome fictício dado ao aluno adulto do relato de experiência

Já se contam 28 anos após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 que insere como direito do cidadão e dever do estado, o acesso à oferta de educação regular para jovens e adultos. Uma lei que surge para transpor o caráter de suplência do ensino e reafirma-a como direito e modalidade da educação básica.

As especificidades e particularidades enfrentadas por cada discente até o alcance do direito em sua totalidade são inúmeras; são experiências que não só sustentaram a sobrevivência de cada cidadão como servem de base para a troca de saberes entre os alunos dessa modalidade e os docentes que a eles atendem.

Os alunos da modalidade EJA demonstram um comprometimento grande no aprendizado que irá facilitar de alguma forma a vivência em seu dia a dia. São cidadãos que superam e superaram dificuldades da rotina de trabalho, família e escola para poder conquistar sua liberdade como cidadão letrado.

A maior parte desses jovens e adultos, até mesmo pelo seu passado e presente, movem-se para a escola com forte motivação, buscam dar uma significação social para as competências, articulando conhecimentos, habilidades e valores. (BRASIL, 2000, p.57)

São inúmeros fatores que o Parecer CNE/CEB nº11/2000 aponta como essenciais para estruturação deste ensino, sendo alguns: as particularidades do ensino noturno, atuação de instituições formadoras, ambiente institucional adequado à proposta pedagógica, práticas educativas que ligam a teoria com a prática, investigação das particularidades dessa modalidade de ensino, soluções socialmente contextualizadas e teoricamente fundamentadas, e uma formação docente que abranja a complexidade diferencial desta modalidade de ensino.

A formação básica de boa parte dos docentes no Brasil, por muito tempo, se estruturou em escolas normativas e escolas de formação técnica em magistério que surgiram no período da ditadura; escolas que vigoraram até a LDB/96, e que não previam formação específica para o atendimento de jovens e adultos.

Segundo Machado (2008):

Até o ano de 2006, antes da homologação das Novas Diretrizes Curriculares, havia no Brasil, segundo dados do INEP, 27 cursos de pedagogia com habilitação em educação de jovens e adultos, de um universo de 1698 cursos existentes, distribuídos em três das cinco regiões geográficas do País. (Soares, 2008, p.65 *apud* Machado, 2008, p.165)

Movimentos liderados pelo que se chama de sociedade civil auxiliaram e muito para a reformulação da formação do corpo docente. Através de fóruns, debates,

encontros estaduais, regionais e nacionais foi possível estabelecer reivindicações que subsidiaram grupos, associações, seminários que contribuíram para que essa realidade fosse problematizada. Hoje em dia, a capacitação profissional em licenciatura já abrange conceitos e disciplinas voltadas para o ensino de jovens e adultos em sua estrutura curricular; pois sem esse conhecimento será muito difícil formar um educador para essa modalidade. A experiência com o aluno Antonino só foi possível perante a estrutura curricular ofertada e possibilidade de estagiar com professores e alunos desse segmento de ensino.

Dentre as mais variadas especificidades que cada aluno carrega, dentre as mais variadas estruturas físicas, materiais didáticos, currículo e reflexões; a sutileza e empatia para lidar com as mais variadas realidades e carências a serem supridas é um fator fundamental para o alcance de resultados com os alunos atendidos.

Segundo o Parecer CNE/CEB nº11/2000:

Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer. (BRASIL, 2000, p.56)

O docente se posiciona como mediador no processo de ensino e aprendizagem, e deve refletir sobre sua prática para adaptar os conceitos e métodos pedagógicos para possibilidades de aprendizagens significativas tendo como referência o contexto social e econômico dos educandos. Da mesma forma, deve considerar a postura de responsabilidade e interesse desses alunos como personagens ativos e participantes do seu aprendizado, pois trazem consigo bagagem de conhecimentos e contextos culturais diversificados que podem ser aproveitados em sala de aula.

É primordial que se considere a formação do docente, principal intermediador entre os saberes escolarizados e os alunos, que possuem processos de aprendizados e histórias de vidas tão distintas quanto os seus contextos sociais. Da mesma forma, as políticas públicas precisam garantir o direito e os meios para uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser alfabetizado, além de ser um direito, é uma necessidade para se viver com autonomia, com participação e criticidade. Em uma sociedade letrada, o uso das

habilidades de leitura e escrita está presente cotidianamente em todos os aspectos da vida e representa o exercício da cidadania. A alfabetização e o letramento promovem a inclusão nas práticas sociais e ampliam a participação cidadã, assim como o acesso aos bens culturais.

Contudo, como apresentado neste artigo, está claro que não é qualquer alfabetização que garantirá que o aluno tenha fluência da leitura e da escrita. A busca pela melhor forma de transmitir conhecimento não é e nem nunca foi algo estável e imutável. A experiência dos professores e alunos caminha de forma integrada no processo de aprendizagem e, de forma intercambiável, o conhecimento se estrutura através da colaboração entre os dois lados. É através de situações rotineiras que o aluno encontra os obstáculos que limitam a sua autorrealização e nesse momento, as necessidades emergem e o faz buscar orientação para o processo de aprendizagem.

São vários os fatores externos que motivam os alunos jovens e adultos a crescer e desenvolver o seu aprendizado, mas são os fatores internos como desejo de maior qualidade de vida, autoestima, satisfação no trabalho e até mesmo autocuidado, como no caso do aluno Antonino, que exercerão a maior pressão à resposta do processo de aprendizagem.

É evidente que políticas públicas são a base para que todo esse processo de acesso aos direitos educacionais permaneça até hoje, não de forma a reparar o tempo perdido, mas sim, como um direito a ser exigido e conquistado. Assim também podemos destacar a formação do professor para o ensino desse grupo de alunos, principalmente na troca de experiências e conhecimentos, de forma democrática e colaborativa.

A experiência relatada e os estudos teóricos resultam na importante relevância em se discutir as singularidades da Educação de Jovens e Adultos, as especificidades que precisam ser abordadas na formação do docente, os cuidados com o planejamento e com as práticas pedagógicas, e a necessidade de uma reflexão crítica e constante que aprimore os processos de ensino e aprendizagem na EJA.

Portanto, é de suma importância um olhar diferenciado por parte dos professores que precisam considerar a experiência de vida dos alunos adultos no planejamento de aulas de forma apropriada, com a utilização de materiais e recursos que motivem os alunos a aprender de forma mais autônoma e tendo em vista sua aplicabilidade no contexto de vida, tornando a aprendizagem mais útil e significativa,

permitindo também que ele aprenda e explore o mundo sem as amarras que as limitações do analfabetismo impõem para a sua vida.

As argumentações apresentadas neste artigo buscam colaborar com os diálogos sobre as particularidades da Educação de Jovens e Adultos e a relevância da qualidade da formação docente para uma aprendizagem significativa e uma educação para a vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Parecer CNE/CEB nº 11/2000.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: maio de 2000. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf > Acesso em 01 dez. 2024.

CAMPOS, E. L. F. **A relevância do letramento matemático na Educação de Jovens e Adultos (EJA): um estudo de caso.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 5, p. 1742–1768, 31 maio 2023.

COLELLO, S. M. G. **A escola e a produção textual: práticas interativas e tecnológicas.** São Paulo: Summus. 2017. Disponível em: < <https://repositorio.usp.br/item/002834732> > Acesso em: 13 dez. 2024

DESLANDES, S.F.; NETO, O. C. ; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (Organizadora). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis-RJ. Vozes. 1994. Disponível em: < <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> > Acesso em: 16 dez 2024

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa.** [s.l: s.n.]. 25ª Edição. 2002. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4%20Freire_P_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf>. Acesso em: 15 dez 2024

KNOWLES, M. **The modern practice of adult education: from pedagogy to Andragogy.** Englewood Cliffs: Cambridge, 1980. Disponível em < https://www.umsl.edu/~henschkej/articles/a_The_Modern_Practice_of_Adult_Education.pdf > Acesso em: 03 dez. 2024

MACHADO, M. M. **Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança.** Retratos Da Escola, 2(2/3). 2012 Disponível em: < <https://doi.org/10.22420/rde.v2i2/3.133> > Acesso em: 10 dez. 2024

NOGUEIRA, S. M.. **A andragogia: que contributos para a prática educativa?** Coimbra, Portugal. 2004. Disponível em <<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/15554/1/A%20andragogia.pdf> > Acesso em: 03 dez. 2024

ORTEGA, E. M. V.; PARISOTTO, A. L. V.. **Alfabetização Matemática na perspectiva do Letramento no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Educação em Revista, Marília, SP, v. 17, 2016. DOI: 10.36311/2236-5192.2016. v17 esp.05. p. 53. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/5845..>> Acesso em: 5 dez. 2024.

SOARES, L.. **As especificidades na formação do educador de jovens e adultos: um estudo sobre propostas de EJA**. Educação em Revista, v. 27, n. 2, p. 303–322, ago. 2011. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000200014> > Acesso em 06 dez. 2024

SOARES, M. **Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos**. Pátio – Revista Pedagógica, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf> > Acesso em 19 jan. 2025

UNESCO. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática**. Brasília, DF. 212p. 2008. ISBN: 978-85-7652-112-9. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000162640_por> Acesso em: 01 dez. 2024.